

Terapia Ocupacional



DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

≡ EDITORIAL

Comissão de Especialistas de Ensino de Terapia Ocupacional

Lilian Vieira Magalhães, Livia Castro Magalhães, Roseli Esquerdo Lopes

≡ ARTIGOS

Desenvolvimento humano - entre a determinação biológica e constituição histórico-cultural The human development - between the biological determination and the historical-cultural constitution

Marysia Mara Rodrigues do Prado De Carlo

A inclusão da criança com deficiência na escola comum: reflexões sobre o papel da Terapia Ocupacional The inclusion of handicapped children in regular schools: reflection about the role of the Occupational Therapy

Eucenir Fredini Rocha, Maria do Carmo Castiglioni, Rita de Cássia Vieira

Reabilitação no território: construindo a participação na vida social Rehabilitation in territory: building participation in social life

Fátima Corrêa Oliver, Maria Isabel Garcez Ghirardi, Marta Carvalho de Almeida, Maria Cristina Tissi, Marta Aoki

Políticas de saúde no Brasil: construções, contradições e avanços Brazil health policies: historical trends, contradictions and advances

Roseli Esquerdo Lopes

Tendências da formação do terapeuta ocupacional no Brasil Tendencies in the education of occupational therapist in Brazil

Adriana de França Drummond, Livia de Castro Magalhães

≡ ESTUDO DE CASO

Caracterização da postura sentada em dois mobiliários diferentes e a influência no desempenho em um teste gráfico – estudo de casos Sitting posture characterization in two different furniture and its influence during the performance in a graphic test – report cases

Fátima Aparecida Caromano, Francisco de Paula Nunes Sobrinho

≡ DIVULGANDO PROJETOS E EXPERIÊNCIAS

O espaço do brincante na experiência do Projeto Casarão The 'player's place' in the experience of "Projeto Casarão"

Roseli Esquerdo Lopes, Denise Dias Barros, Ana Paula Serrata Malfitano, Debora Galvani

REVISTA DE TERAPIA OCUPACIONAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CONSELHO EDITORIAL

- Prof^ª. Dr^ª. Eda T. de Oliveira Tassara (Instituto de Psicologia da USP)
- Prof^ª. Dr^ª. Maria Luiza Guillaumon Emmel (Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos)
- Prof. Dr. Ruy Laurenti (Faculdade de Saúde Pública da USP)
- Carmem Teresa Costa Souza (Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais)
- Prof. Dr^ª. Rosely Esquerdo Lopes (Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar)

CORPO EDITORIAL

- Prof^ª. Dr^ª. Maria Auxiliadora C. Ferrari (Centro Universitário São Camilo)

- Prof^ª. Dr^ª. Marta Carvalho de Almeida (Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da USP)
- Prof^ª. Dr^ª. Elisabete Ferreira Mângia (Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da USP)

PRODUÇÃO EDITORIAL, NORMALIZAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO

Fabiola Rizzo Sanchez / Suely Campos Cardoso (*Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*). e-mail: publish@biblioteca.fm.usp.br

INDEXAÇÃO

Maria Aparecida de Lourdes Castro Santos (*Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*)

IMPRESSÃO GRÁFICA: Graphbox. Rua Cipriano Barata, 1645. São Paulo - SP. graphbox@uol.com.br

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch
Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

FACULDADE DE MEDICINA

Diretor: Prof. Dr. Irineu Tadeu Velasco
Vice-Diretor: Prof. Dr. Eduardo Massad

FICHA CATALOGRÁFICA

Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo / [publicação do Centro de Docência e Pesquisa em Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo/FMUSP].
v.1, (1990) - . São Paulo, 2001.

v. : il.
Quadrimestral
Sumários em inglês e português
ISSN 1415-9104

1. Terapia Ocupacional/periódicos I. Centro de Docência e Pesquisa em Terapia Ocupacional da FMUSP

A Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo é uma publicação quadrimestral do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. É indexada no Index Medicus Latino Americano - IMLA.



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS
PERIÓDICAS DA USP COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

CORRESPONDÊNCIA

DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA
FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Rua Cipotânea, 51 Cidade Universitária "Armando Salles de Oliveira". 05360-000
São Paulo, SP. Fax: 3091 7415 / Tel.: 3091 7454 e-mail: centroto@usp.br

SUMÁRIO / CONTENTS

EDITORIAL

- Comissão de Especialistas de Ensino de Terapia Ocupacional
Lilian Vieira Magalhães, Lívia Castro Magalhães, Roseli Esquerdo Lopes i

ARTIGOS

- Desenvolvimento humano - entre a determinação biológica e constituição histórico-cultural
The human development - between the biological determination and the historical-cultural constitution
Marysia Mara Rodrigues do Prado De Carlo 1

- A inclusão da criança com deficiência na escola comum: reflexões sobre o papel da Terapia Ocupacional
The inclusion of handicapped children in regular schools: reflection about the role of the Occupational
Therapy
Eucenir Fredini Rocha, Maria do Carmo Castiglioni, Rita de Cássia Vieira 8

- Reabilitação no território: construindo a participação na vida social
Rehabilitation in territory: building participation in social life
Fátima Corrêa Oliver, Maria Isabel Garcez Ghirardi, Marta Carvalho de Almeida, Maria Cristina Tissi,
Marta Aoki 15

- Políticas de saúde no Brasil: construções, contradições e avanços
Brazil health policies: historical trends, contradictions and advances
Roseli Esquerdo Lopes 33

- Tendências da formação do terapeuta ocupacional no Brasil
Tendencies in the education of occupational therapist in Brazil
Adriana de França Drummond, Lívia de Castro Magalhães 34

ESTUDO DE CASO

- Caracterização da postura sentada em dois mobiliários diferentes e a influência no desempenho
em um teste gráfico – estudo de casos
Sitting posture characterization in two different furniture and its influence during the performance
in a graphic test – report cases
Fátima Aparecida Caromano, Francisco de Paula Nunes Sobrinho 40

DIVULGANDO PROJETOS E EXPERIÊNCIAS

- O espaço do brincante na experiência do Projeto Casarão
The 'player's place' in the experience of "Projeto Casarão"
Roseli Esquerdo Lopes, Denise Dias Barros, Ana Paula Serrata Malfitano, Debora Galvani 48

- ÍNDICE DE AUTOR / AUTHOR INDEX 52

- ÍNDICE DE ASSUNTO 52

- KEYWORDS INDEX 53

- NORMAS PARA PUBLICAÇÃO / STANDARDIZATION

EDITORIAL

Comissão de Especialistas de Ensino de Terapia Ocupacional

A definição de patamares mínimos de qualidade para a formação de terapeutas ocupacionais tem um longa trajetória, tanto no Brasil, quanto no exterior. Conforme se sabe, desde 1958 vêm sendo publicados os *Padrões Mínimos para a formação de terapeutas ocupacionais* pela WFOT (Federação Mundial de Terapia Ocupacional), apenas na versão em inglês na primeira fase, e posteriormente também em espanhol.

O documento (Recommended minimum standards for the education of occupational therapists, WOFT, 1993), resultante da aspiração dos profissionais por maior padronização na formação, tem servido de guia para a criação, estruturação e funcionamento de cursos em vários países, se constituindo em um dos principais critérios para a filiação dos profissionais à própria WFOT¹.

No Brasil, desde a década de 70, os terapeutas ocupacionais vêm articulando ações para a melhoria da qualidade dos cursos, através, inicialmente, das associações profissionais e, num segundo momento, pela própria atividade política dos docentes e alunos das diversas instituições de formação.

Apenas como registro, cabe lembrar a movimentação das escolas que resultou na aprovação do novo currículo mínimo em 1982, bem como na criação do Encontro Nacional de Docentes, fórum bienal que tem formulado diretrizes de ensino e que em outubro de 2000 teve a sua sétima reunião em Salvador.

Num país com as conhecidas dificuldades de apoio institucional às atividades do ensino de maneira geral, a série histórica de atividades consecutivas de quase 30 anos revela a capacidade de construção coletiva que nos encoraja a continuar.

Apesar dos avanços, sempre houve muitas dificuldades no âmbito da relação entre o movimento dos docentes de terapia ocupacional e as ações governamentais de fiscalização e controle do sistema de ensino.

Após o período militar, a reestruturação das políticas para o ensino superior levou à criação das chamadas comissões de especialistas, encarregadas de “*assessorar a SESu na análise dos processos de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições*” (www.mec.gov.br/Sesu).

Inicialmente alocada em conjunto com a fisioterapia, a terapia ocupacional só passou a ter comissões especificamente nomeadas a partir de 1998.

Mesmo enfrentando as dificuldades típicas de trabalhos desta natureza, tanto na fase das comissões mistas, quanto após a separação, as docentes indicadas trabalharam exaustivamente na construção de instrumentos capazes de formalizar a estrutura e o funcionamento dos cursos, sempre se baseando nos padrões oriundos da articulação dos docentes nos encontros nacionais.

Como resultado desse esforço, chegamos a 2000 contando com os seguintes documentos discutidos e aprovados pelo conjunto dos docentes: Diretrizes Curriculares, Padrões de Qualidade, Formulário de Autorização de Funcionamento, Formulário de Avaliação de Novos Cursos, Indicadores de Áreas de Conhecimento e Roteiro de Verificação para Reconhecimento (www.mec.gov.br).

Não obstante, os documentos, embora oriundos da reflexão conjunta e fartamente legitimados pela categoria profissional, nem sempre foram bem recebidos pela própria SESu e sobretudo pelo CNE (Conselho Nacional de Educação), que muitas vezes considerou excessivamente rigorosas as exigências das comissões e que, em virtude disto, vem adiando a sua regulamentação há pelo menos dois anos. Cabe esclarecer que trata-se de uma avaliação que o CNE tem formulado sobre a atividade das comissões em geral e não exclusivamente sobre a Terapia Ocupacional.

Independente da aprovação dos Padrões de Qualidade para cada curso, a CEETO havia estabelecido uma

¹ Em julho de 2000 aconteceu no Chile um encontro de Escolas de Terapia Ocupacional da América Latina, que resultou na redação de documento conjunto entre os países participantes: Brasil, Colômbia, Argentina, Estados Unidos e Venezuela, além do Chile (ver portal da ABRATO). No texto são apontadas diretrizes para a melhoria das escolas da região.

rotina de trabalho, baseada nos documentos aprovados pelos pares. Entretanto, quando da nomeação da atual comissão, feita em junho de 2000, o recém empossado Secretário de Ensino Superior revelou a intenção de promover mudanças profundas no funcionamento das comissões. No Seminário de Integração, para o qual foram convocadas todas as comissões (Brasília, de 24 a 26 de julho de 2000), declarava-se a necessidade de garantir a expansão do sistema de ensino superior brasileiro a partir da flexibilização dos critérios, que deveriam garantir a emergência de modelos heterogêneos de formação (em outras palavras, diferentes níveis de excelência na formação, com escolas encarregadas de fazer pesquisa e produção de conhecimento em alto nível e outras as quais se atribui “apenas” a tarefa de graduar profissionais).

Trata-se, na argumentação governamental, de permitir a coexistência de Universidades, Centros Acadêmicos, Faculdades Integradas e Faculdades ou Escolas Isoladas. Conforme já havíamos referido em documento anterior:

“o Estado leva a efeito a intenção de deixar ao mercado a tarefa de regular as ações da esfera pública, atitude de resto bastante conhecida por todos nós e já iniciada em outros setores(..). Tanto os interesses mais coletivos quanto o controle social destas atividades, carecem de espaço e definição nas propostas apresentadas.” (CEETO, A Atuação da Comissão de Especialistas da SESu/MEC: quadro atual, Salvador, 2000)

Deste modo, em consonância com as intenções anteriormente declaradas, as CEE foram surpreendidas, em recente Seminário de Integração, realizado de 20 a 22 de março de 2001, em Brasília, com a notícia da reestruturação das suas dinâmicas de funcionamento. Conforme comunicação oficial do secretário da SESu, Prof. Antônio Macdowell de Figueiredo, logo ao início dos trabalhos, as comissões passam agora a responder pelo trabalho de Supervisão do sistema superior de ensino, ficando a tarefa de avaliação e fiscalização delegada ao INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/ MEC).

Neste novo contexto, os reconhecimentos de cursos passariam a ser realizados pelo INEP, sem que tenham sido declarados os critérios a serem considerados nesta atividade. Numa primeira análise, especula-se sobre a perda da capacidade de normatização das comissões, que passariam a ter um caráter meramente consultivo, sem poder para interferir na criação de novos cursos ou na continuidade daqueles considerados insatisfatórios. Esta avaliação, ainda de acordo com as vagas observações do Sr. Secretário, passaria a ser feita a partir de critérios e instrumentos universais, aplicáveis a todos os cursos, que resultarão em relatórios que serão encaminhados às atuais CEE para apreciação e aprovação ou reconsideração. Embora questionados, os membros do *staff* da SESu não conseguiram esclarecer como seria possível fazer essa análise, na medida em que não se sabe sob que parâmetros será alicerçada esta nova avaliação a ser realizada pelo INEP.

Em resumo, anunciou-se a mudança dos critérios, mas os mesmos não foram fornecidos, ficando o esclarecimento dessas questões adiado para o próximo seminário, a ser realizado no mês de abril, em Brasília.

Várias questões surgem então dessa nova orientação da SESu: Qual será o processo de definição dos chamados **critérios universais**?

De que forma os processos avaliativos universais trabalharão questões específicas? Trabalharão?

Qual a possibilidade de participação da sociedade organizada (leia-se entidades de classe, associações científicas, entre outros) nesses processos?

As avaliações deixariam de ser conduzidas por “pares”, através das Comissões Avaliadoras indicadas pelas CEE/SESu. Que desdobramentos, positivos e negativos, poderiam advir desta “universalização”?

Acreditamos ser urgente a divulgação, entre os docentes, deste novo cenário que, embora bastante nebuloso, certamente exigirá de nós todos, que vimos lutando pela qualidade da formação dos terapeutas ocupacionais brasileiros, atenção, cuidados, articulação e esforços redobrados.

Comissão de Especialistas de
Ensino de Terapia Ocupacional
Brasília, março de 2001
Lilian Vieira Magalhães
Lívia Castro Magalhães
Roseli Esquerdo Lopes